

Turismo Pedagógico em Quilombos – considerações sobre a formação de uma comunidade turística ¹

M.sc Cláudia Corrêa de Almeida Moraes, professora/pesquisadora ². Centro Universitário Senac de São Paulo (CAS)

Resumo

O turismo étnico tem ocupado cada vez mais espaço nas visitas turísticas e a inclusão de estudos transversais e da cultura negra no ensino regular estimula a visitação de escolares em áreas de quilombos. Toda a problemática do turismo étnico como as questões de fronteiras, autenticidade e os impactos culturais também estão presentes no turismo pedagógico com o foco em estudos de comunidade e espaços quilombolas. Este trabalho se propõe a refletir sobre as questões da formação de uma comunidade turística no Quilombo de Ivapurunduva (SP) e as suas conseqüências tanto para os moradores como para os visitantes, diante da transição do turismo informal para o turismo organizado com aumento de frequência e de tempo de estadia no local.

Palavras-chave:

Turismo étnico; turismo pedagógico; comunidade turística; autenticidade; quilombo.

Introdução

Situa-se no Vale do Ribeira no Município de Eldorado a mais antiga comunidade remanescente de quilombo do Estado de São Paulo – Ivaporunduva. Seu território abrange uma área de 3.158,11 hectares no entorno de unidades de conservação. Recentemente, ao conquistar o título de reconhecimento de domínio de seu território, tornou-se a primeira comunidade quilombola do Estado de São Paulo a conseguir a propriedade definitiva de suas terras, após uma luta de doze anos iniciada com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Essa população estabeleceu-se no local em meados do século 18 como escravos para trabalhar na mineração e com a abolição da escravidão permaneceram como lavradores. Os

¹ Trabalho apresentado ao GT10 “Antropologia, turismo e responsabilidade social: sentidos e significados da diferença” do IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – Caxias do Sul, 7 e 8 de julho de 2006.

² Mestre em Ciência da Comunicação na área de concentração em Relações Públicas, Propaganda e Turismo pela ECA/USP. Bacharel em Turismo pela PUC de Campinas e Licenciada em História pela Unicamp. Coordenadora dos Cursos de Pós-graduação na área de Turismo do Centro Universitário Senac e docente e pesquisadora na área de Turismo e Cultura. E-mail claudiamoraes@uol.com.br

moradores locais contam que uma fazendeira conhecida como Maria Joana ficou doente e voltou para Portugal, deixando para trás os escravos. Parte deles permaneceu em Ivaporunduva e a outra se embrenhou “pelos fundões”, espalhando-se depois por outras comunidades.

A comunidade guarda um enorme respeito à natureza. Só se chega ao lugarejo de balsa ou numa canoa que atravessa num vaivém incessante os aproximadamente 100 metros que separam as duas margens do Ribeira, o único rio paulista sem barragem. A mata nativa permanece praticamente intacta, a agricultura é de subsistência e a pesca, feita em canoas “cavadas” em madeiras “caídas”, obedece à ritualística secular. Atualmente, desenvolve-se no quilombo o cultivo da banana orgânica, e o replantio de palmito Jussara. No centro do quilombo, um patrimônio tombado pelo Iphan marca a paisagem: a Igreja Nossa Senhora do Rosário do século 18. E encravado na mata, sobrevive um cemitério cercado por muros de taipa. No espaço territorial do quilombo há ainda sítios arqueológicos não estudados, além de toda a Mata Atlântica.

Já há alguns anos o quilombo recebe a visita de escolares para realizarem visitas pedagógicas no local, porém esta atividade ocorre de maneira não profissionalizada. No governo Mário Covas, foi destinado uma verba para à compra de um caminhão que transportaria a produção de banana, muito necessário para o quilombo, mas inexplicavelmente, por decisão do governo sem a participação da comunidade, o dinheiro mudou de curso e foi destinado a construção de uma pousada em estilo arquitetônico totalmente diferente das residências locais.

Atualmente a pousada está pronta sem mobília e deve ser destinada a alguma atividade que possa reverter algum tipo de vantagem econômica para a comunidade.

Uma das propostas é expandir a estadia do turismo pedagógico oferecendo também hospedagem. O turismo pedagógico praticado até então, tem caráter excursionista e, muitas vezes complementar aos programas desenvolvidos no Parque Estadual do Alto do Ribeira.

Com a presença da pousada, a comunidade deseja receber turistas que tenham o quilombo como destino principal e motivação, para tanto, precisam aumentar a oferta de atrativos e serviços.

Neste contexto surgem questionamentos sobre o turismo étnico - a principal motivação do deslocamento dos turistas em maior quantidade e frequência – e a sua relação com a comunidade.

A discussão sobre turismo étnico ganha mais espaço em tempos de sociedade mundializada e da sociedade da experiência. A busca pelo outro sempre foi motivo de deslocamento turístico desde seu início, mas atualmente o contexto histórico e sócio-ambiental tem gerado novas demandas. Conhecer o outro não é somente curiosidade, mas muitas vezes a possibilidade de resgatar a “humanidade” esquecida nas sociedades altamente industrializadas. Formas de vidas diferentes possibilitam pensarmos em nós mesmos e nos outros, de maneira generosa e aceitando as diferenças ou com pré-conceitos reforçados. O que ocorre nestes encontros já foi estudado por Krippendorf (1985), Van den Berghe (1984), MacCannell (1992) entre outros.

As relações entre grupos diferentes sempre ocorrerá em clima de tensão. Os próprios antropólogos em sua bagagem levam para seus estudos de campo o seu olhar impregnado de sua cultura. Portanto, nunca haverá uma compreensão total daquela cultura pelos turistas. Estes sempre terão uma visão superficial, seja pelo tempo de contato, pela motivação do conhecimento ou ainda pela dificuldade de conhecer uma cultura sem vivenciá-la.

Grünewald (2003) apresenta a idéia que o turismo étnico desenvolve-se a partir não da comunidade local, mas de uma outra comunidade, a turística. Esta é criada por uma parcela da sociedade que se envolve com o turismo e os turistas, não sendo, portanto, toda a comunidade, mas aquela que ocorre nas “arenas turísticas” – por se constituir e se apresentar por linhas étnicas – denomina-se etnoturística.

Assim, o turismo étnico é aquele que apresenta apenas a fachada. Penetrar nas profundezas da vida nativa é trabalho para antropólogo e não para turista.

Usando os argumentos de Grünewald e aplicando-os em um estudo de caso podemos desenvolver algumas reflexões sobre Turismo Pedagógico no Quilombo de Ivaporunduva e os impactos que poderiam ser causados na comunidade e na cultura.

Refletindo sobre étnico.

A palavra *ethnos*, originária do grego fazia referência aos povos não gregos ou aos povos gregos não organizados segundo o modelo da Cidade-Estado. O termo latino *ethnicus* designava na tradição eclesiástica do século XIV, aos pagãos em oposição aos cristãos (SOLLORS, 1986). Neste sentido a palavra étnica significa “diferente de nós mesmos” e na medida em que somos todos diferentes de outras pessoas “somos todos étnicos” (HUNGUES, 1952).

A palavra étnica está intimamente relacionada à idéia de alteridade, o outro, essencialmente diferente de mim. A palavra outro vem do latim *alteru*, outro entre dois. Na filosofia significa o “atributo de cada ente determinado relativo a todos e cada um dos entes que não são ele próprio” (NOVO AURÉLIO, 1999 p.1465).

A idéia de etnia não foi compreendida sempre da mesma maneira. Até o século XX, etnia poderia ser entendida como sinônimo de nação, povo e raça quando a referência destinava-se a povos primitivos.

O encontro entre culturas acabou provocando ideologias a respeito de quem é o outro. Este “estranhamento” induziu a uma modificação no olhar que se tinha sobre si mesmo. Para o europeu, o contato com os americanos gerou um julgamento a respeito de si mesmo e dos outros. Consideravam aquele que vivia na América como o “mau selvagem”, pessoas diabólicas, e o europeu “bom civilizado” temente a Deus. Contraditoriamente, como um simétrico invertido, também o americano era visto como o bom selvagem em uma formulação mais sistemática e radical no rousseauísmo em contraponto do “mau civilizado”. E por parte dos que viviam na América também houve o desenvolvimento de percepções a respeito do europeu, ora visto como inimigo e ora como salvador, amigo.

No século XVII e XVIII, a cultura ocidental denominou os povos diferentes de “selvagens”, opondo-se a animalidade à humanidade. No século XIX criaram o evolucionismo cultural que considerava a cultura humana a partir da cultura europeia, ou seja, o fato de que todas as sociedades evoluem e se transformam num sentido linear único.

Este modelo baseado na evolução hierarquiza as sociedades humanas e seus membros. Desta forma, escamoteia os elementos de escolha embutido na seleção de critérios de classificação utilizados. Todas as sociedades existentes no mundo são

classificadas dentro destes modelos. Aquelas que não conseguem inserir-se em nenhum modelo estão em fase ou estágios que devem ser percorridos para atingirem o mesmo grau das demais.

As nações européias difundiram a idéia de serem supostamente superiores às outras sociedades pelo estágio tecnológico que possuíam, servindo de justificativa para a política colonialista imposta pelos Estados Europeus à América, África e Ásia. Explorar os países em estágios inferiores aos dos europeus seria uma maneira de civilizá-los. Este tipo de pensamento produz uma falácia que justifica a prática do racismo e da dominação, o que se estende até a atualidade.

As ideologias criadas pelos europeus ainda permanecem vivas como estereotipo nos tempos atuais. O homem tem grande dificuldade em tratar com a extrema diversidade entre as sociedades. Ainda é comum a idéia de etnia significar raça.

Munanga (2003) apresenta o conceito etimológico de raça como advindo do italiano *razza*, que por sua vez veio do latim *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie. Este conceito foi inicialmente usado na Zoologia e na Botânica para classificar animais e vegetais. O conceito de raça recebeu novas conotações e passou a designar a descendência, a linhagem, ou seja, o grupo que tem um ancestral comum e, portanto, apresentam características físicas em comum. Foi no século XVII que o termo raça passa a ter o sentido moderno da palavra, de classificação da diversidade humana em grupos fisicamente contrastados.

O uso desta classificação dentro das ciências sociais no século XIX e também no século XX não foi voltado apenas aos interesses científicos. A raça também foi usada como justificativa para racismo - que representa uma projeção de conceitos e valores de outrem sobre o sujeito analisado. Portanto, descrições propositalmente “objetivas” podem ser lidas como expressões de dominação e controle da identidade do sujeito subjugado. O racismo também pode ser interpretado com o sentimento de medo por parte de quem o gera em relação àquele que lhe transmite ameaça.

Raça é um modo de classificação dos seres humanos que os distingue com base nas propriedades físicas (por exemplo, cor da pele, características faciais) que propositalmente derivam de herança genética. [...] A crença de que as diferenças físicas, por sua vez, validem a atribuição de características adicionais que não sejam simplesmente físicas, mas denotem a existência de, por exemplo, um determinado conjunto de

habilidades, propensões ou formas de comportamento, é associada à atitude de racismo “. (EDGAR e SEDGWICK, 2001, p. 273)”.

A análise dos seres humanos pela cor - que é resultante do grau de melanina que cada indivíduo possui – é um item comparativo muito insignificante, pois nem 1% dos genes do patrimônio genético dos indivíduos está implicado na transmissão da cor da pele, dos olhos e cabelos. A diferenciação entre grupos entendidos apenas como fenótipos, eliminam a história dos indivíduos e das populações. As leituras sobre as diferenças dos seres humanos devem ser baseadas no processo cultural e histórico, e não somente nas questões fenóticas. O conceito de raça é morfo-biológico e o da etnia é sócio-cultural, histórico e psicológico. Por isso, dentro das diversas raças é possível conter várias etnias.

Além de ser sinônimo de raça a palavra etnia também é entendida como sinônimo de nação. A referência que se faz de uma nação vai além de uma entidade política, como algo que produz sentido – um sistema de representação cultural.

As pessoas não participam apenas como cidadãos/ãs legais de uma nação tal como representada em sua cultura nacional. Uma nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu ‘poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade’ (SCHWARZ: 1986,106).

Com a criação dos Estados-Nacionais europeus, estes passam a receber dos seus cidadãos a lealdade e a identificação que antes eram dadas à tribo, ao povo, à religião, à região. As diferenças regionais e étnicas presentes no seu interior foram gradualmente sendo inseridas em um contexto maior, na cultural nacional. Esta teve o papel de unificar a língua, criar uma cultura homogênea e símbolos nacionais, entre outros. As nações são resultadas de uma “comunidade imaginada”, construída pela história, pela memória e pelas imagens feitas para elas. (BENEDICT:1983)

As diferenças entre as nações residem nas formas diversas pelas quais elas são imaginadas. Estas “comunidades imaginadas” produzem uma identidade nacional que identificam os indivíduos como pertencentes a ela.

Mesmo que os membros de uma nação sejam diferentes em termos de classe, gênero e raça, a cultura nacional procurará representá-los como pertencentes à mesma grande família nacional. A idéia de um único povo (etnia) é a forma como tem sido representada a cultura nacional unificada. Na verdade não há nenhuma nação moderna que tenha um único povo, todas são *híbridos culturais*.

Na pós-modernidade, uma mudança estrutural está fragmentando as diversas identidades culturais – de classe, gênero, sexualidade, etnia, e nacionalidade. Se antes estas eram sólidas localizações onde o sujeito moderno se encaixava socialmente, atualmente se encontram com fronteiras menos definidas. (HALL, 2000).

Em uma sociedade complexa como a pós-moderna, não existe mais um *demos* único, um povo como aquele com quem sonharam os românticos e os marxistas, mas uma série de pequenos *demos*, de sub-povos. Cada um deles – sem-terra, feministas, gays, desempregados, funcionários públicos, comunidade acadêmica – mobiliza-se com uma intensidade e mesmo organicidade comparáveis às dos antigos *demos* grego, mas possuem o problema de que cada um deles é uma parte, e nem mesmo sua soma faz algo possível chamar de povo.

O sujeito pós-moderno se apresenta então dividido ou partido, mas vivencia sua própria identidade como se ela estivesse resolvida através de uma fantasia que tem de si mesmo, a de ser uma “pessoa” unificada.

A idéia do outro, da diferença e da identidade cultural está presente em alguns dos conceitos de etnia como o de Giddens (Apud ACIME, 2004, s/p.).

Por etnia entende-se valores culturais e normas que distinguem os membros de um dado grupo dos outros grupos. Um grupo étnico caracteriza-se por seus membros partilharem de uma consciência distinta da sua identidade cultural, que os separa dos outros grupos à sua volta. Em, virtualmente, todas as sociedades as diferenças étnicas estão associadas às diferenças de poder e riqueza.

Na década de 1970, sedimenta a idéia de grupo étnico como a unidade que engloba os indivíduos definidos através de uma herança cultural comum. A comunidade étnica passa a ser considerada como uma forma alternativa da organização social de classe. Barth (1969) designa este como uma população que:

- perpetua-se biologicamente de modo amplo;
- compartilha valores culturais fundamentais, realizados em patente unidade nas formas culturais;
- constitui um campo de comunicação e de interação;
- possui um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como se constituísse uma categoria diferencial de outras categorias do mesmo tipo.

Brandão (1986) considera o grupo étnico como um tipo organizacional próprio e culturalmente diferenciado de outros, por estarem historicamente atados por laços familiares, relações de parentesco, de estrutura organizacional, viverem e reconhecerem para si, e, para os outros um modo e vida peculiar.

Os grupos étnicos através de suas marcas culturais (históricas, etc) e características, definem suas posições em referência a outros grupos, ou seja, os sinais diacríticos os distinguem dos demais lhes dando identidade própria.

Na sociedade moderna, a etnicidade era um fenômeno presente por causa da expansão capitalista, da formação e desenvolvimento dos Estados-nação, atualmente, na pós-modernidade, o que passa a ser importante como produto da desigualdade de desenvolvimento, ou como estratégia de reivindicação dos grupos de minorias, ou ainda como resistência organizada é o nacionalismo étnico e o racismo.

Diante destas novas discussões a etnia e etnicidade caminha por novas questões inquietantes a respeito dos grupos humanos pluriculturais, onde as definições se dão pelas fronteiras étnicas e não mais a matéria cultural que ela abrange.

No mundo globalizado, as diferenças culturais se nivelam numa estandardização desconcertante. Costa (1997, p.122) explica que:

Aquilo que resta de estruturas culturais tradicionais se encontra revestido de um novo sentido, capitalista e contemporâneo. Remotas tradições – como o uso de aros no pescoço das “mulheres girafas” da Tailândia – se transformam em atrações de uma bem-sucedida indústria turística, enquanto produções artesanais consagradas servem apenas como modelos dos seus substitutos industriais. Podemos encontrar hoje, em baixelas de plásticos produzidas por multinacionais norte-americanas estabelecidas na Tailândia, os mesmos desenhos que ornavam as chinesas.

A idéia de etnicidade assim pode ser entendida como fenômenos sociais que refletem as tendências positivas de identificação e inclusão de certos indivíduos em um grupo étnico. Na teoria construtivista ela é definida pelas fronteiras. Nesse caso a cultura é compreendida a partir de traços que a diferenciam nas relações de “fronteiras” estabelecidas com outras culturas e essas relações possibilitam a constituição de identidades individuais e coletivas, que são marcadas nos tempos e espaços dos corpos em relação com o meio e com outros.

As culturas e suas “fronteiras” são espaços de intercâmbio de sentidos e significados, que são estabelecidos por sensibilidades vivenciadas no corpo e evidenciadas por formas

diversas de trânsito de conhecimentos, tradições, de organizações habitacionais, familiares, religiosidades, afetividades, etc., que limitam as Fronteiras Culturais. (Grando: 2004). A Fronteira não é o ponto onde algo termina, mas o ponto a partir do qual algo começa a se fazer presente (Heidegger: 1998). Podemos diante de essa reflexão afirmar que o Quilombo de Ivaporunduva é uma comunidade étnica com etnicidade e fronteiras.

Então o turismo étnico

O turismo é um fenômeno complexo, mutável, que opera de múltiplas formas e nas mais diversas circunstâncias. É um dos mais impressionantes fenômenos humanos do novo século. Segundo WAINBERG (2003, p.11) “*O movimento em território estranho e o consumo de singularidade alheia, como produto de excitação e desfrute, tornaram o turismo no maior setor econômico existente*”.

Cruzar fronteiras e tornar-se um observador distante e superficialmente interessado nos espaços alheios é uma ação constante permitida pela globalização.

Se o turismo for visto como um fenômeno comunicacional, pode-se assim explicar que o movimentar do homem sobre a terra está atrelado ao seu desejo de buscar a excitação dos sentidos. “*Movemos-nos porque necessitamos vislumbrar a diferença*” (idem).

O turismo tradicional apresenta pouca possibilidade de investidas antropológicas. A excitação é planejada em doses pequenas e o que se espera encontrar se acha, pois já se conhece através da divulgação dos atrativos. Não exige do turista uma relação que envolva introspecção, reflexão ou dúvidas. O turista-consumidor não fará descobertas inesperadas, tudo já se está planejado.

WAINBERG (1998) aponta que o turismo como uma aventura controlada através de um programa regulado pelos fatores: tempo, custo, *stress* e contato com o diferente. O que delimita o produto turístico é a diferença que consiste em uma oposição da igualdade presente na maioria dos programas.

Diante da sociedade mundializada surgem os turistas que não querem o produto do turismo tradicional, procuram em ambiente multicultural, o turismo denominado *minority marke*, ou seja, marketing de minoria. O homem está buscando a descotidianização da

sufocante engrenagem que o massacra e procura um novo caminho além da massa de indiferenciados.

Uma das possibilidades para este viajante é o turismo étnico. Este tipo de turismo tem como atração o “outro” e a sua cultura. “*Trata-se de um mercado em que a oferta de exotismo corresponde uma procura do diferente na cultura visitada*”.(COSTA, 2004, p.6).

O turismo étnico pode ser definido como uma forma de turismo que os próprios nativos são a atração. A própria existência da fronteira étnica cria a atração turística (VAN DEN BERGHE, 1984).

Reflexões sobre os efeitos do turismo étnico

Existem alguns autores que fizeram algumas reflexões sobre o turismo étnico tanto observando seus aspectos negativos como positivos.

NASH (1996, p.20) escreve sobre o turismo e a sua entrada nas sociedades como um fator de mudanças, e estas passaram a ser mais bem notada através das relações às manifestações das identidades étnicas.

A busca do objeto turístico pelo turista tem sido para o mais diferente, o exótico e o outro. Esta condição da cultura de um determinado povo ser a experiência turística pode ser uma alternativa econômica para as comunidades e também para a revitalização cultural dessas populações. O turismo pode levar ao reforço de certas tradições.

Em sociedades globalizadas, a busca pelo exótico tem construído uma nova etnicidade para o turismo no qual culturas exóticas figuram como atrações chave: onde os turistas vão ver costumes do uso diário, pretendendo aprender algumas normas locais de comportamento. Os turistas não tentam ser nativos e sim os nativos esforçam-se para satisfazer a demanda turística, como escreve MACCANNELL (APUD GRÜNEWALD, 2003, 147) “fazer-se-nativo-para-turistas”.

Esta situação leva a “eticidade reconstruída” gerada principalmente pela transformação da distintividade étnica em transações comerciais das relações globais. Quando o nativo transforma-se em mercadoria ele está lá para ser fotografado e exposto para o turista.

O turista deseja conhecer o nativo intacto que acredita ser o autêntico. Mas a relação entre o turista e o nativo já alterou este último. Assim, ao transformar o autóctone em nativo intacto, o turista destrói o que procura. Este nativo muda seu comportamento ao interagir com o turista, virando ator enquanto o turista é o espectador.

Portanto, o turismo étnico tem questões paradoxais de preservação e destruição como outros tipos de turismo cultural, mas a grande diferença é o envolvimento maior das pessoas e seu modo de vida neste tipo de ação turística.

Devemos ressaltar que a preocupação com a preservação das manifestações culturais é fundamental na exploração do turismo, mas não esquecer que a cultura é dinâmica e está sempre em movimento. Assim, muitas vezes as recriações ou reconstruções de tradições podem acontecer. A cultura é sempre recriada a partir do passado recente ou de identidades “emprestadas”.

O turismo étnico é uma modalidade que pode ser muito positiva para as comunidades, mas o cuidado ao transformar comunidade em “ofertas turísticas” deve ser muito grande. Pois sempre haverá mudanças e, de preferências, que estas sejam positivas para as comunidades, tanto na preservação de sua cultura como também nos benefícios sociais e econômicos que o turismo possa trazer.

E quando o turismo étnico é o pedagógico

Derivado do Estudo do Meio, o Turismo Pedagógico tem por objetivo transpor os muros da escola e realizar estudos nos locais visitados, procurando elementos de estudo que enriqueçam o conteúdo pedagógico. No seu cerne está a preocupação em encontrar a melhor maneira de conduzir a atividade educativa, para alcançar finalidades pedagógicas, por meio da experiência turística. O Turismo Pedagógico se apresenta como uma possibilidade de tornar o conhecimento pertinente, contextualizado e real. A viagem é uma forma diferente de conduzir os estudos de maneira mais prazerosa e encantadora. No Turismo Pedagógico, os diversos saberes e realidades são articulados como necessidade de reconhecer e conhecer os problemas do mundo, em um ambiente mais lúdico e diferente do cotidiano.

É possível com o turismo pedagógico desenvolver nos alunos uma educação que tenha três dimensões: conceitual, procedimental e atitudinal. Também o conhecimento vivenciado pode estimular um sentimento de valorização e conservação dos patrimônios sociais, culturais e ambientais das comunidades, permitindo um desenvolvimento do turismo mais responsável.

O deslocamento no turismo pedagógico é motivado pelo conhecer e a atividade está diretamente vinculada à prática educacional. Este tipo de turismo é desenvolvido dentro das estruturas de um turismo convencional: meios de transportes, hospedagem, alimentação, serviços de apoio, etc., porém a organização da viagem quanto a sua programação é definida pelo plano de ensino. A viagem turística é um dos espaços de aprendizagem como sala de aula, biblioteca, entre outros mais convencionais.

A viagem como espaço de aprendizagem fornece ao aluno o contato direto com o que está estudando, e muitas vezes possibilita o conhecimento e a percepção do objeto ou sujeito estudado que não aconteceria somente através dos livros, vídeos ou a Internet.

Este turismo permite aprimorar o conhecimento do aluno através de processos de construção, agregando valores que serão relevantes para sua formação pessoal e pedagógica.

Embora seja uma forma bastante positiva de ensinar, senão houver uma organização criteriosa esta atividade servirá muito pouco ao aluno. O local visitado, a programação, metodologia deve estar em sintonia com o plano pedagógico. Não se está fazendo um “passeio”, mas desenvolvendo uma atividade educativa em um espaço de aprendizagem não muito usual. Para que tenha êxito, exige-se à preparação do aluno para a atividade antes do deslocamento e uma avaliação no retorno.

Decorre então desta necessidade de organização e planejamento uma questão importante: quem realiza o desenvolvimento da programação e da metodologia que será empregada na atividade do turismo pedagógico? O destino? A agência de viagens? A escola? Os três?

A operação dessa atividade é privativa de agência de turismo, devidamente legalizada e credenciada em razão dos cuidados e precauções necessários ao conforto e à segurança dos viajantes. Assim, a escola transfere toda a responsabilidade da operação da viagem para o agente de viagens.

A operação turística no que tange ao deslocamento, hospedagem e alimentação bem como a compra das atividades de estudo podem ser feitas sem problemas pela agência. A questão complica-se na preparação do destino e na motivação dos turistas.

Existem várias escolas que desenvolvem o conteúdo programático e a partir dele procuram os ambientes educacionais apropriados para estas atividades pedagógicas, ou o local desenvolve um programa padrão que acredita atender aos projetos pedagógicos e os comercializa diretamente ou através das agências de viagens.

Em ambos os casos há interesses difusos que precisam ser casados respeitando os envolvidos: a escola que deseja atingir seus objetivos pedagógicos com esta atividade e o destino que deve receber os turistas seguindo os padrões que acha adequado para a convivência com os de “fora”.

Turismo Pedagógico em espaço de motivação étnica.

A visitação turística em espaços e comunidades onde a etnia é a motivação da visita, conhecer povos diferentes, outras formas de organização de vida e ambientes não usuais permitem muitas vezes que a aprendizagem seja realmente muito gratificante e de crescimento humano. O antolho pode nos levar a pensar em nós.

Mas, como foi visto, o turismo pedagógico não é uma viagem ou um turismo convencional. É uma aula em um ambiente que não é umas classes tradicionais, desenvolvidas com o apoio dos serviços e equipamentos turísticos. A relação entre os “alunos-turistas” e os moradores do local ocorrerá dentro da “arena turística” na “comunidade turística” formada pela escola, comunidade e empresas.

No caso do Quilombo estudado, a visita atualmente ocorre através de uma programação pré-definida pela comunidade e repassada para as escolas que se encaixarem nas propostas. Muitas escolas realizam esta viagem por conta própria e algumas através de agências de viagens.

Não é a comunidade como um todo que se relaciona com os turistas, muitos nem tem contato com eles. Na verdade, o turista não conhece de fato aquela comunidade, mas possivelmente tem muito mais oportunidade de aprendizagem sobre ela do que se apenas estudasse com livros, vídeos, Internet ou outra fonte à distância.

É preciso fazer com que os que recebem, embora estejam desenvolvendo uma atividade mercantil, não se permitam ser *tournee* para os turistas e, do outro lado, os que estão visitando saibam que a atividade preparada para o aluno-turista é autêntica somente na “comunidade turística”, ela está fora do contexto cotidiano da comunidade, mesmo que sejam praticadas todos os dias. Naquele momento é uma encenação de sua cultura e não a sua cultura em si.

Referências bibliográficas

ASTON, Mary e BALDISSERA, Rudmar. (org) **Turismo em perspectiva**. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2003.

BARRETO, Margarita. **Turismo e legado cultural**. Campinas: Papyrus, 2000

BARTH, Fredrik. Introduction. In: BARTH, Fredrik. **Ethnic Groups and Boundaries**. London: George Allen and Unwin, 1969, p. 9-38.

BRUNS, Peter. **Turismo e Antropologia**. São Paulo: Chronos, 2002

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991. HOBBSBAWN, E. e

GRÜLENEWALD, Rodrigo Azeredo. Turismo e etnicidade. Revista Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 9, n. 20, p- 141-159 outubro de 2003.

HALL, Stuart. The local and the global: globalization and ethnicity. In: KING, Anthony. **Culture, globalization and the world-system**. New York: Macmillan, 1991a.

MacCANNELL, Dean. Cannibalism today. In: MacCANNELL, Dean. **Empty meeting grounds**. London: Routledge, 1992a

NASH, Denninson. **Antropology of tourism**. Kidlington: Peragmon, 1996. .

RANGER, E. (orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

VAN DEN BERGHE, Pierre. Introduction: tourism and re-created ethnicity. **Annals of Tourism Research**, v 11, p 343-352, 1984.

WAINBERG, Jacques. O movimento turístico. Olhadelas e suspiros em busca da singularidade alheia. CASTROGIOVANNI (orgs). **Turismo na pós-modernidade** (Des) Inquietação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.